

A outra ameaça

HÁ MAIS ameaça à democracia em desigualdades sociais fomentadas ou passivamente aceitas que em eventuais arreganhos de pessoas, partidos ou corporações. A vitrine de uma democracia são suas escolas públicas, seus serviços de saneamento básico e atendimento à saúde da população, seus padrões de habitação, seus transportes coletivos. É muito fácil derrubar uma democracia que se torna de fachada, por solapada por desigualdades sociais gritantes.

QUALQUER democracia se situa acima dos conflitos particulares de interesses: a idéia de um governo do povo, do governo como res pública, é solidária da idéia de bem comum. Onde falta a preponderância do bem comum sobre os interesses particulares, ainda que absolutamente legítimos, falecem também a idéia e o ideal de democracia.

ESCOLAS públicas desertadas, como nessa greve sem trégua — e cada vez mais sem solução — do magistério público municipal do Rio de Janeiro, indicam muito mais que uma divergência trabalhista, na medida em que o estatuto do professor público não se reduz ao de "profissional do ensino" a que certas correntes tendem confiná-lo. Igualmente, a morte de um operário em decorrência da falta de atendimento em sete hospitais públicos é mais

que luto de uma família e ocorrência a ser julgada à luz da ética médica: é perda de substância da democracia entre nós.

JULGA da democracia, se falaz ou efetiva, aquele mesmo que julga das escolas públicas e de nosso Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds): o usuário, não primariamente o professor, o diretor, o médico. E a descrença nestas instituições é também descrença fundada daquela. Não há formação profissional, não há hierarquia administrativa que credencie tanto a avaliar os serviços públicos essenciais e a democracia que eles refletem quanto a condição comum (comum, não corriqueira) de usuário.

O julgamento do usuário não tem tido por onde não ser severo. Há uma evidência de deterioração precoce do Suds, uma das mais auspiciosas reformas administrativas empreendidas em nossa recém-restaurada democracia, a chegar aos limites da tragédia com a morte do operário Luís Carlos Cordeiro; e uma deterioração que se propaga em deterioração da democracia: o que resta, com efeito, ao povo, se não funciona, sequer em caráter de emergência, a única expressão palpável do ideal constitucional da universalidade no atendimento à saúde?

HÁ uma deterioração crônica da escola pública, que as greves empurram para o desenlace. Quando uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas em dez cidades brasileiras, apoiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mostra que o desempenho dos alunos das escolas públicas de Primeiro Grau cai, de série para série, ao invés de aprimorar-se através da seleção, o que restará de credibilidade para escolas públicas onde os professores promovem o desprezo pelo limite mínimo de dias letivos, fraudam a avaliação, inventando a aprovação automática, e bloqueiam qualquer volta dos alunos às aulas?

META prioritária de tantas democracias, a universalização do ensino fundamental e do atendimento à saúde está como está entre nós, mesmo depois de assumida solenemente pela Constituição: ao sabor de provas de força, que se multiplicam por toda parte, ou se prolongam em número indefinido de rounds, como aqui no Rio de Janeiro. Ao sabor de um confronto de desfecho incerto entre o Estado e seus servidores — nenhum dos dois a contemplar, como indispensável, o usuário que é a razão de ser de ambos. Ignorando ambos o usuário e a democracia.